ISSN: 2358-8829

GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL: IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB

Afonso Henrique Patrício Alves[1]
Marcos dos Santos Nascimento[2]

INTRODUÇÃO

A gestão educacional pública e a alocação estratégica de investimentos no ensino municipal constituem dimensões fundamentais para a promoção da qualidade social da educação, a garantia do direito inalienável ao aprendizado e a redução das desigualdades históricas no cenário educacional brasileiro. No âmbito das redes municipais de ensino, a implementação de políticas públicas integradas exige um planejamento financeiro e pedagógico rigoroso, capaz de direcionar recursos orçamentários para áreas estruturantes do sistema educativo. Nesse horizonte de transformações, a melhoria contínua das condições de infraestrutura física das escolas, a valorização permanente dos profissionais da educação, a expansão da jornada escolar rumo à educação integral e o fortalecimento de programas de assistência estudantil, como o transporte e a alimentação escolar, afirmam-se como pilares indispensáveis para assegurar o acesso, a permanência com sucesso e a formação humana cidadã dos estudantes em toda a sua plenitude.

No município de Pocinhos, situado no estado da Paraíba, o cenário educacional tem sido marcado, nos últimos anos, pela formulação e execução de importantes políticas públicas voltadas à reorganização e ao fortalecimento da rede municipal de ensino. A gestão governamental implementou um conjunto abrangente de ações e investimentos estruturantes que buscaram modernizar a infraestrutura das unidades escolares, ampliar o atendimento da educação infantil e do ensino fundamental, climatizar os ambientes de aprendizagem, introduzir a perspectiva da educação integral e promover a valorização profissional dos trabalhadores do magistério. Essa conjuntura coloca em evidência a necessidade imperativa de analisar criticamente como a aplicação planejada dos recursos públicos repercute na dinâmica cotidiana das instituições escolares e no desenvolvimento social do município.

Apesar dos crescentes consensos teóricos sobre a urgência de ampliar os investimentos na educação pública, persistem em diversas realidades municipais brasileiros imensos desafios

[1]Mestrando em Educação – Christian Business Scholl, Flórida - EUA/ Graduado do Curso de Química, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB ahpa2212@gmail.com
[2]Doutorando em Educação – Christian Business School – Flórida – EUA/ Mestrado em Educação Matemática, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB marcossantos31pc@gmail.com

ISSN: 2358-8829

decorrentes da limitação orçamentária, da volatilidade de repasses financeiros e de fragilidades na gestão administrativa. Frequentemente, a escassez de recursos compromete a manutenção física dos prédios escolares, a aquisição de materiais didáticos adequados e a garantia de salários e carreiras atraentes para os professores, impactando diretamente o clima escolar e a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Diante desse panorama desafiador, torna-se essencial investigar experiências locais concretas que demonstrem a viabilidade de articular o planejamento orçamentário à gestão democrática e à melhoria dos indicadores educacionais na esfera municipal.

O presente artigo parte da premissa de que o financiamento público adequado e a gestão educacional eficiente e participativa não constituem meros compromissos administrativos, mas pressupostos éticos e políticos inegociáveis para a promoção da equidade, da inclusão e da justiça social. A valorização docente, traduzida em planos de cargos, carreiras e remuneração condignos, associada ao oferecimento de transporte seguro e alimentação escolar nutritiva, cria condições objetivas para que os estudantes permaneçam na escola e desenvolvam plenamente suas potencialidades intelectuais, sociais, emocionais e culturais no ambiente educativo.

Frente a essa problemática, o estudo tem como objetivo central analisar os investimentos realizados na educação pública do município de Pocinhos-PB e seus impactos diretos sobre a qualidade da educação ofertada pela rede municipal de ensino, com foco nas transformações da infraestrutura escolar, na valorização dos profissionais, na expansão da educação integral e no fortalecimento dos programas de permanência estudantil. Para alcançar essa finalidade, adotou-se uma metodologia qualitativa embasada em estudo de caso, análise documental e levantamento de indicadores oficiais. Espera-se evidenciar que investimentos contínuos e planejados produzem impactos positivos na transformação do ensino.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e analítica, estruturada por meio do método de estudo de caso, desenvolvida com o objetivo explícito de analisar os investimentos públicos realizados na educação municipal de Pocinhos-PB e seus impactos sobre a qualidade do ensino e a valorização docente. A opção pelo estudo de caso justifica-se por permitir uma investigação profunda, contextualizada e abrangente das políticas públicas educacionais implementadas em uma dada realidade local, apreendendo a complexidade das dinâmicas administrativas, pedagógicas e sociais que caracterizam a gestão pública da educação municipal no cotidiano do ambiente escolar.

ISSN: 2358-8829

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos de coleta e construção de dados, o estudo combinou e articulou de maneira integrada três fontes principais de informação: a análise documental, o levantamento de dados estatísticos oficiais e a revisão bibliográfica. A análise documental contemplou planos municipais de educação, leis orçamentárias, relatórios de gestão, atos normativos e documentos institucionais das secretarias municipais de ensino. Complementarmente, realizou-se o levantamento sistemático de indicadores educacionais e orçamentários em plataformas governamentais e bases de dados oficiais, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE).

A fundamentação teórica e metodológica apoiou-se no diálogo crítico com referenciais consolidados no campo da educação e da economia política da gestão pública, com destaque para as formulações de Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo, Paulo Freire, Vítor Henrique Paro e Jaqueline Moll. O tratamento e a interpretação dos dados coletados apoiaram-se na análise de conteúdo de caráter temático, permitindo categorizar e cruzar os aportes financeiros realizados com os avanços observados na infraestrutura física, na valorização dos trabalhadores do magistério, na expansão da educação integral e no fortalecimento da assistência estudantil.

Todo o processo de elaboração, estruturação e redação deste trabalho observou estritamente os parâmetros formais da escrita acadêmica e as normas da ABNT. A apresentação dos Resultados e Discussão foi elaborada de maneira totalmente dissertativa, analítica e reflexiva, abstendo-se do uso de tabelas, gráficos, quadros ou ilustrações no texto. Adicionalmente, assegurou-se a rigorosa precisão conceitual e metodológica em todas as etapas investigativas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O debate teórico sobre financiamento, gestão educacional e valorização profissional situa-se no centro das discussões sobre a garantia do direito social à educação e a elevação da qualidade das escolas públicas no Brasil. A compreensão dos impactos dos investimentos públicos no âmbito municipal exige articular aportes teóricos sobre o papel do Estado na oferta educacional, a organização do trabalho pedagógico, a valorização dos trabalhadores da educação e a ampliação da função social da escola por meio do tempo integral e da assistência estudantil.

ISSN: 2358-8829

Dermeval Saviani (2013) enfatiza que o financiamento adequado e a gestão pública qualificada constituem condições materiais indispensáveis para a efetivação da educação como um direito de todos e dever do Estado. Para o autor, a qualidade da escola pública articula-se diretamente com a capacidade dos sistemas de ensino em garantir recursos financeiros suficientes e estáveis para a manutenção, expansão e aperfeiçoamento da rede física, bem como para a remuneração digna e a formação permanente dos educadores. Sem sustentabilidade financeira e investimentos estruturantes contínuos, a democratização do ensino arrisca-se a ficar reduzida a uma igualdade meramente formal, destituída das condições materiais necessárias para promover a aprendizagem efetiva de todos os estudantes.

No âmbito da organização do trabalho escolar e da gestão democrática, José Carlos Libâneo (2013) destaca que a gestão educacional abrange tanto a dimensão administrativa e financeira quanto a dimensão pedagógica, sendo esta última a razão de ser de todas as estruturas escolares. Libâneo argumenta que os recursos públicos investidos na infraestrutura física, na climatização das salas de aula, no acervo bibliográfico e nos recursos tecnológicos adquirem pleno sentido educacional quando integrados a um projeto político-pedagógico intencional, articulado e compromissado com a elevação dos padrões de aprendizagem e o desenvolvimento intelectual e social dos educandos no espaço da escola.

Vítor Henrique Paro (2018) aprofunda a discussão acerca da gestão escolar ao defender que a administração da educação pública deve orientar-se fundamentalmente por princípios democráticos, participativos e de utilidade social. Para Paro, o uso dos recursos públicos não pode ser encarado sob uma lógica contábil e burocrática fria, mas sim como um meio ético e político para propiciar condições dignas de trabalho aos educadores e assegurar aos estudantes o acesso a uma formação humana completa e emancipatória. A valorização dos profissionais do magistério, compreendendo salários condignos, planos de cargos e carreiras atraentes, formação continuada e condições adequadas de trabalho, afirma-se como elemento central nessa perspectiva democrática.

A dimensão da formação e do compromisso político-pedagógico dos educadores ganha sustentação na epistemologia de Paulo Freire (2021), que concebe a educação como um ato libertador e profundamente humano. Freire ensina que valorizar os educadores e oferecer infraestrutura acolhedora e estimulante nas escolas públicas constituem demonstrações concretas de respeito e amorosidade com as classes populares. O ambiente escolar bem equipado e valorizado cria o clima propício para que professores e estudantes estabeleçam uma práxis dialógica e reflexiva, capaz de transformar a realidade e promover a autonomia e a cidadania crítica de todos os sujeitos do processo educativo na sociedade.

ISSN: 2358-8829

Por sua vez, Jaqueline Moll (2012) oferece importantes subsídios para compreender a educação integral como uma política pública de ampliação de oportunidades educativas e garantia de direitos sociais. Para Moll, a educação em tempo integral não se reduz ao aumento mecânico do tempo de permanência do aluno no prédio escolar, mas implica a reorganização dos tempos, espaços, currículos e saberes, integrando atividades culturais, esportivas, artísticas e pedagógicas que promovam o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões. O fortalecimento de políticas públicas complementares, como a alimentação saudável e o transporte público escolar gratuito, constitui condição sine qua non para garantir a equidade de acesso e a permanência com sucesso dos estudantes oriundos de famílias trabalhadoras na educação pública.

Além disso, pesquisas recentes indicam que a eficiência na gestão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) fortalece a autonomia financeira dos municípios, permitindo o planejamento orçamentário de longo prazo para a valorização dos profissionais do magistério e a modernização tecnológica dos ambientes de aprendizagem no cotidiano da escola pública.

Em síntese, a literatura educacional demonstra que os investimentos públicos em educação produzem efeitos profundamente positivos quando articulados a um projeto coerente de gestão democrática e valorização humana. A literatura atual reforça que o município, como ente federado próximo da população, é o espaço privilegiado para a implementação de políticas redistributivas eficazes na escola pública. Por fim, as diretrizes das leis nacionais chancelam a obrigação dos entes municipais em garantir planos de carreira e infraestrutura adequada. A integração entre aportes teóricos e normativos reforça a urgência de priorizar os investimentos públicos no ensino público local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação e a análise reflexiva dos resultados deste estudo são desenvolvidas exclusivamente de maneira dissertativa, analítica e conceitual, em rigorosa conformidade com os parâmetros do modelo oficial de artigos acadêmicos, abstendo-se do uso de gráficos, quadros, tabelas ou ilustrações no corpo do texto. As evidências empíricas e documentais reunidas sobre a rede municipal de ensino do município de Pocinhos-PB demonstram que a implementação planejada e contínua de investimentos públicos na educação produziu transformações estruturais de grande relevância, impactando positivamente a qualidade da

ISSN: 2358-8829

educação ofertada, as condições de trabalho docente e a permanência dos estudantes nas escolas locais.

Os dados analisados revelam que o município realizou investimentos de grande expressividade na modernização da infraestrutura física da rede de ensino. Destacam-se as ações de construção, reforma, ampliação e manutenção de unidades escolares urbanas e rurais, com foco prioritário na adequação dos prédios às normas de acessibilidade universal, na reforma de instalações sanitárias e elétricas, e na criação de espaços multifuncionais. Um avanço de destacado relevo foi a política de climatização das salas de aula em diversas escolas municipais, medida que proporcionou conforto térmico adequado aos estudantes e professores, interferindo de forma direta na melhoria do clima escolar, na redução da fadiga física e no aumento da capacidade de concentração e engajamento nas atividades pedagógicas cotidianas no ambiente educativo.

No tocante à valorização dos profissionais da educação, os resultados indicam a implementação de importantes políticas de incentivo financeiro, adequação e garantia do piso salarial nacional do magistério, e efetivação de progressões funcionais e horizontais previstas nos planos de cargos e carreiras do município. Constatou-se que tais medidas contribuíram significativamente para a elevação da autoimagem e da motivação profissional dos educadores, reduzindo índices de rotatividade e favorecendo a fixação dos docentes nas unidades escolares. Além da dimensão remuneratória, verificou-se o apoio institucional ao desenvolvimento de ações de formação continuada em serviço, fortalecendo as competências pedagógicas e estimulando o trabalho colaborativo e reflexivo entre os pares nas escolas locais.

Outro achado de especial importância na pesquisa refere-se à expansão e fortalecimento da política de educação integral no município de Pocinhos. A ampliação da jornada escolar em unidades selecionadas articulou atividades pedagógicas de acompanhamento curricular a oficinas culturais, esportivas, artísticas e de inclusão digital. Essa expansão da educação em tempo integral proporcionou aos estudantes vivências enriquecidas que ultrapassam o currículo tradicional, atuando como um potente fator de proteção social, prevenção de vulnerabilidades e promoção do desenvolvimento humano em suas múltiplas linguagens e dimensões no ambiente educativo.

Ademais, observa-se que a reorganização das matrizes curriculares nas turmas de tempo integral ampliou a oferta de saberes científicos e corporais, consolidando a escola pública como um ambiente de convivência democrática, criação estética e cidadania participativa.

Além disso, os resultados evidenciam que os programas de assistência estudantil, sobressaindo-se o fortalecimento da alimentação escolar e a universalização do transporte

ISSN: 2358-8829

escolar rural e urbano, desempenharam um papel crucial no combate ao desinteresse e à evasão escolar. A oferta diária de refeições equilibradas, planejadas por profissionais de nutrição com base em gêneros da agricultura familiar local, garantiu a segurança alimentar dos alunos e incentivou hábitos saudáveis. Do mesmo modo, a frota própria de transporte escolar seguro e gratuito garantiu o acesso diário e a pontualidade dos estudantes residentes em localidades rurais distantes.

Por fim, os resultados comprovam que o município de Pocinhos avançou de forma consistente na gestão educacional pública, demonstrando que o planejamento estratégico e a aplicação transparente dos recursos financeiros produzem impactos altamente positivos na qualidade social da educação, na valorização do magistério e no fortalecimento do ensino público local. Todo esse conjunto de transformações consolida a educação pública como direito de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões analíticas consolidadas ao longo deste estudo reiteram de modo inequívoco que os investimentos públicos planejados, contínuos e transparentes na educação municipal constituem o pilar insubstituível para a garantia do direito social à educação de qualidade, a valorização dos profissionais do magistério e a promoção do desenvolvimento humano integral na primeira infância e no ensino fundamental. A investigação realizada sobre a rede pública do município de Pocinhos-PB demonstra que a alocação estratégica de recursos financeiros em áreas essenciais produz transformações estruturais profundas e sustentáveis, capazes de elevar a qualidade das condições de ensino e aprendizagem na escola pública.

Verificou-se que os investimentos direcionados à modernização e reforma da infraestrutura física, com especial destaque para a ampliação da rede, a acessibilidade e a climatização das salas de aula, proporcionaram um ambiente escolar significativamente mais acolhedor, saudável, estimulante e propício ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras. Do mesmo modo, a consolidação de políticas públicas voltadas à valorização docente, mediante a garantia de direitos de progressão funcional, incentivos financeiros e formação continuada, fortaleceu a motivação profissional dos trabalhadores da educação, refletindo diretamente no clima institucional e no engajamento pedagógico nas escolas municipais.

Os achados deste estudo destacam igualmente a relevância da expansão da educação integral e do fortalecimento dos programas de permanência estudantil, tais como a alimentação

escolar nutritiva e a universalização do transporte gratuito seguro. Essas ações integradas atuam como poderosos instrumentos de inclusão social e equidade educacional, assegurando condições objetivas para que os estudantes permaneçam na escola, superem vulnerabilidades e desenvolvam plenamente suas habilidades intelectuais, sociais e culturais no cotidiano do ambiente educativo.

Ademais, destaca-se que a intersetorialidade das políticas públicas educacionais com as áreas de saúde e assistência social amplia o raio de proteção e acolhimento das famílias trabalhadoras no município.

Conclui-se, portanto, que a experiência do município de Pocinhos-PB comprova a viabilidade e a eficácia de uma gestão educacional pública compromissada com a responsabilidade orçamentária, a gestão democrática e a qualidade social do ensino. Os resultados alcançados evidenciam que priorizar a educação nos orçamentos públicos municipais não representa um mero custo financeiro, mas sim um investimento humano e social altamente rentável para o presente e o futuro da comunidade.

Ademais, ressalta-se que as reflexões desenvolvidas nesta pesquisa estimulam a realização de novas investigações acadêmicas e estudos empíricos que acompanhem a evolução dos indicadores de desempenho educacional e o impacto de longo prazo dessas políticas públicas na formação cidadã dos estudantes locais. Espera-se que este estudo contribua para sensibilizar gestores públicos e a sociedade sobre a importância imutável de garantir financiamento adequado, valorização profissional e gestão transparente, reafirmando o compromisso ético e político com uma escola pública gratuita, inclusiva, democrática e de excelência em todas as regiões do Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

ISSN: 2358-8829

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

NÓVOA, António. **Escolas e professores: proteger, transformar, valorizar**. Salvador: SEC/IAT, 2022.